

O FEMININO E A MATERNIDADE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA TEORIA DE JOÃO DOS SANTOS

Ana Larisse do Nascimento Maranhão ¹

Patrícia Helena Carvalho Holanda ²

RESUMO

A menina, a mulher, a mãe e a avó; essas são figuras, personagens e fases da vida feminina retratadas em diferentes épocas e sociedades. Na era do consumo, em que a mídia ditava padrões de identidade e as relações sociais se transformavam em interações virtuais, o tempo parece se retomar à duração de um vídeo no TikTok. Neste contexto, abre-se um campo de indagações que colocam a figura feminina como centro de discussão. Nosso objetivo é levar o leitor a uma reflexão sobre a relação entre o ser mulher e o ato de gestar, entre o feminino e a maternidade, entre ser mãe e educar. Para isso, recorreremos a uma discussão teórica sobre o feminino a partir de autoras como Bebel Nepomuceno (2012); Carla Bassanezi Pinsky (2004); Cláudia Fonseca (2004); Joana Maria Pedro (2012); Michelle Perrot (2007) e Simone de Beauvoir (2016), que abordam o papel da mulher na sociedade sob diferentes perspectivas. Além disso, fundamentamos a reflexão sobre a maternidade na teoria de João dos Santos (2016; 2018), que destaca sua importância no desenvolvimento mental e emocional infantil. Com base na bibliografia estudada, consideramos que o papel da mulher continua sendo um campo de disputa contra padrões e ideais ultrapassados, que ainda a colocam em posição de inferioridade em relação ao homem. Ser mulher e gestar, transitar entre o feminino e a maternidade, ser mãe e educar são faces da mulher contemporânea, que busca ter o direito de ser aquilo que quiser.

Palavras-chave: Maternidade, Feminino, Educação.

1. INTRODUÇÃO

*Não pense você que ao se tornar
mãe uma mulher abandona todas
as mulheres que já foi um dia.
Bobagem.
Ganha mais mulheres
em si mesma.
(Cris Guerra)*

¹ Doutoranda em Educação da Universidade Federal - CE Professora efetiva da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. E-mail para contato: la.maranhao@gmail.com;

² Professora orientadora: Pós-doutora na área de concentração de Desenvolvimento Profissional Docente pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNB. Estágio sênior bolsista-CAPES, na Universidade de Lisboa. Professora Titular em Psicologia da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC. E-mail para contato: patricia.holanda@ufc.br



A menina, a mulher, a mãe e a avó — essas são figuras, personagens e fases da vida feminina que, ao longo da história, foram retratadas em diferentes épocas e sociedades. Muitas vezes, a mulher foi considerada um ser inferior, um homem inacabado, o "sexo frágil". Mas, em meio às revoluções tecnológicas, sociais e culturais da atualidade, em um mundo onde tudo está na rede, como o ser mulher é percebido?

Nesta era do consumo, em que a mídia ditava as regras do ser ou não ser, em que as relações sociais se transformam em interações virtuais e o tempo se reduz à duração de um vídeo no TikTok, como a mulher é representada? Vivemos um momento da história que impõe à mulher a busca pela perfeição: é preciso ser a melhor filha, a mais bela, a melhor esposa, a melhor mãe. Mas quem define esse “melhor”? Será que eu quero ser o melhor?

Neste contexto, abre-se um campo de indagações que colocam a figura feminina como centro de discussão, numa perspectiva biológica, filosófica, social, política, entre tantos outros campos. Diante desse leque, destacamos: neste caos de consumo desenfreado, de competitividade exacerbada, de relações sociais e emocionais em transformação, o que dizer da mulher-mãe? Da mulher, que se torna mãe, e que é também trabalhadora?

A partir do exposto, tencionamos levar o leitor a uma reflexão sobre a relação entre o ser mulher e o gestar, entre o feminino e a maternidade, entre o ser mãe e o educar. Essa proposta parte de uma perspectiva teórica que concebe a maternidade um momento ímpar para a mulher que se torna mãe, como também para a criança, que constrói um elo com a humanidade desde o ventre materno. Assim, trazemos um dos elementos da proposta teórica de João dos Santos, que encontra na família um dos pilares para a promoção de uma saúde emocional e mental para a criança.

Este texto apresenta uma discussão sobre o feminino com base em autoras como Bebel Nepomuceno (2012), Carla Bassanezi Pinsky (2014), Cláudia Fonseca (2007), Joana Maria Pedro (2012), Michelle Perrot (2007) e Simone de Beauvoir (2016), que analisam o ser mulher e o papel do feminino na sociedade sob diferentes perspectivas. Além disso, fundamentamos a reflexão sobre a maternidade na teoria de João dos Santos (2016; 2018), que considera a maternidade uma etapa essencial para o desenvolvimento mental e emocional da criança.



2. O FEMININO E A MATERNIDADE

No texto *Mulheres Negras* de Bebel Nepomuceno (2012), a autora destaca avanços ao que concerne a visibilidade feminina em diversos aspectos da vida social, entretanto, destaca que tais avanços não se deram da mesma forma e no mesmo ritmo para todas as mulheres, principalmente para as mulheres negras.

Desde a abolição até o período republicano, a realidade dessa população — em especial, da mulher negra e pobre — tem sido marcada por repressão, discriminação e desvalorização de seu trabalho, de suas opiniões, de sua cultura e, muitas vezes, de sua própria identidade. Esses aspectos de desigualdade ainda são perceptíveis na sociedade atualmente.

Ao refletir sobre a trajetória da mulher negra, a autora observa uma “degradação” das condições de trabalho desempenhadas por elas no século XX. Sendo a elas delegados trabalhos pouco remunerados, como, “trabalhos ligados à cozinha, à venda de salgados e doces nas ruas e à lavagem de roupas. Serviram também como empregadas domésticas.” (p. 403).

Embora esses aspectos sejam característicos do Brasil do início do século XX, Nepomuceno apresenta dados dos anos 2000 que evidenciam a permanência dessa desigualdade. A mulher negra ainda ocupa uma posição desfavorável no mercado de trabalho, estando em desvantagem quando se trata de gênero, raça e idade.

É inegável que a visibilidade feminina mudou ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. No entanto, é fundamental refletir que essas transformações não ocorreram de maneira uniforme para todas as mulheres. Nesse movimento de mudança, a mulher branca e burguesa conquistou voz e destaque muito antes de as mulheres negras poderem ser ouvidas. Hoje, há mulheres negras ocupando cargos de destaque como ministras, advogadas e médicas, mas ainda enfrentam olhares de estranhamento, reflexo de uma sociedade que continua visivelmente (e historicamente) racista.

Ao abordar a relação entre trabalho e mulher negra, Nepomuceno (2012) destaca que essa parcela da população já desempenhava um trabalho remunerado muito antes das mulheres brancas. Exerceram múltiplas funções, motivadas, muitas vezes, pelo instinto de sobrevivência — não apenas delas próprias, mas também de seus filhos. Citando Florestan Fernandes, o autor ressalta o “papel de artifícios de sobrevivência”



desempenhado por muitas dessas mulheres, destacando: “desamparada, incompreendida e destrutada, travou sozinha a dura batalha pelo direito de ser mãe” (p.403).

Como professora de uma escola pública localizada na região periférica de Fortaleza, posso relatar que ainda há muitas mães que lutam pelo direito de ser mãe. Em minha experiência, o diálogo com essas mães muitas vezes se dá em situação de “desabafo”, onde trazem a questão da dificuldade financeira de manter seus filhos, da exaustão pelo excesso de atribuições diárias, ou ainda, por estarem sozinhas na tarefa de educar, criar e cuidar de seus filhos.

As crianças, por sua vez, também percebem o sofrimento materno. Nas conversas cotidianas e nas brincadeiras de faz de conta, expressam o impacto das dificuldades vivenciadas por suas mães: a mãe que chora por não poder oferecer pequenos mimos aos filhos, a mãe que trabalha de segunda a segunda para “pôr comida na mesa”, a mãe que sofre violência do companheiro, a mãe que, exausta pelos fardos diários e não lê para seus filhos. Embora ainda pequenas, as crianças observam, sentem, percebem o que está à sua volta. E sentem por isso a tristeza, as aflições, e as dificuldades de suas mães.

Neste aspecto, com relação às estruturas familiares, Nepomuceno (2012) destaca que as mudanças observadas nas organizações familiares nucleares já eram vivenciadas pelas mulheres negras muito antes de ser fator visível às demais mulheres, assim coloca:

As transformações nas estruturas familiares nas últimas décadas apontam para a formação, cada vez em maior número, de famílias conduzidas por chefia feminina, para a redução de famílias do tipo *casal* e para o crescimento das famílias de uma só pessoa, principalmente nos centros urbanos. Para as mulheres negras, esses “novos arranjos familiares” apenas trouxeram visibilidade e legitimidade a uma situação vivida por elas há muito tempo (p.413).

De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2004), no texto *Mulheres dos Anos Dourados*, a autora destaca que no Brasil dos anos de 1950 propagava-se um ideal de família em vários meios de comunicação, onde se caracterizava por padrões como: “branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos” (p. 609). Se observa que este é um ideal de família burguesa divulgado e incentivado por meios de comunicação de massa, que contempla uma parcela da população, enquanto outra parte, aquela que não se “encaixa” nesse perfil, demanda uma outra constituição familiar, está orbitando na figura feminina como provedora e reguladora das relações familiares.



Cláudia Fonseca (2004), no texto *Ser Mulher, Mãe e Pobre*, reflete sobre a dinâmica familiar em grupos sociais, e resgata a discussão de Philippe Ariès em sua obra *História social da criança e da família*. Ao abordar a questão da família nuclear, e assim discute: “esse autor tem como hipótese central a transformação da sociedade tradicional pela gradativa polarização da vida social em torno da família nuclear” (p. 520). Observa que, com o advento da família burguesa, se rompe com velhas práticas culturais de uma educação comunitária e de “família alargada”, para se expandir ao ideal de família nuclear (pais e filhos) e a uma educação escolar.

Ao discutir sobre o volume III da *Histoire de la famille*, de Martine Segalen e Françoise Zonabend, um aspecto chama a atenção, quando estas trazem a questão das redes de apoio na família contemporânea. Fonseca (2004), a partir de Segalen e Zonabend, coloca: “A importância dessas redes, dizem as autoras, não é de ontem. Porém, só agora os historiadores estão reconhecendo e valorizando sua existência (p. 545)”. Conforme a autora:

Sabemos agora que a *família patriarcal* extensa, longamente pautada como protótipo da família no Brasil, diz respeito a apenas uma pequena parcela da história brasileira. Temos provas de que a urbanização não traz a nuclearização inevitável da família; muitas vezes, antes ao contrário, as redes de parentesco são fortalecidas, tornando-se indispensáveis para a integração dos trabalhadores da cidade (p. 545).

É interessante observar que nas últimas décadas a constituição familiar adquiriu outros moldes, atualmente é bem comum nos depararmos com famílias chefiadas por mulheres, monoparentais, homoafetivas, entre outras constituições familiares. Atualmente, visualizamos novos esquemas familiares, onde muitos têm como figura nuclear a mulher, seja ela a mulher-mãe, a mulher-avó, ou ainda as mulheres que circulam ao redor da criança, como tias, madrinhas, primas e outras. Retomando a ideia de uma família alargada em suas relações familiares e de afeto.

Outro ponto destacado por Pinski (2004) é o papel que a mídia social desempenha como reguladora de costumes, ditando moda e regras de conduta e convívio, estabelecendo papéis para cada grupo social. “Para a mulher, ser mãe e dedicar-se aos filhos, mais que um direito ou uma alegria, era uma obrigação social, *a sagrada missão feminina*, da qual dependia não só a continuidade da família, mas o *futuro da nação*” (Pinski, 2004, p. 633-634). (Grifos da autora). Com relação à maternidade, Pinski (2004) destaca:



Ficava claro, contudo, que a maternidade só estaria isenta de reprovações se ocorresse no âmbito de um casamento legítimo, “em condições que permitam à criança o ambiente natural de uma família normalmente constituída”. Os filhos ilegítimos e os de pais separados eram estigmatizados. A mãe solteira, mesmo que fosse reconhecida por sua coragem em *arcar sozinha com as responsabilidades de um erro sem ter procurado uma solução mais fácil e imediata - o aborto -, ainda que monstruosa do ponto de vista moral, sofria fortes discriminações*. Sua redenção poderia vir se passasse a viver respeitavelmente e em função do filho, tentando, com isso, minimizar seu *grave erro*. (Pinski, 2014, p. 634). (Grifos da autora).

Embora as constituições familiares tenham adquirido novas organizações, quando se trata da maternidade, este parece ainda ser um tabu. Tema delicado e de muitas discussões, não apenas social, mas ainda político e religioso. A mulher, mesmo no século XXI, ainda precisa justificar sua maternidade diante de imposições sociais e perguntas como: Você não está muito velha para engravidar? Você não é muito jovem para ter um bebê? Onde está o pai da criança? Você tem certeza de uma gravidez independente? Você vai ter mais uma criança? Estes ainda são questionamentos bem comuns.

Ainda sobre esse tema, Joana Maria Pedro (2012), em O feminismo de ‘Segunda Onda’: corpo, prazer e trabalho, discute que pesquisas sobre sexualidade, o desenvolvimento da medicina e o surgimento da pílula foram fatores que culminaram numa reflexão sobre o corpo e o direito da mulher. Assim coloca:

A facilidade de obter informações que se tem atualmente sobre o corpo e o prazer sexual não existia em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970. E, mais, durante muito tempo, acreditou-se que a “mulher distinta”, “respeitável”, não sentia desejo, nem prazer, pois todo seu ser deveria destinar-se à maternidade (p. 242).

Embora a discussão sobre o corpo feminino e a maternidade possam ter avançado, inclusive muito em decorrência dos avanços médicos. O que observamos no cotidiano é um crescente número de meninas jovens grávidas. O que nos leva à questão: Se há meios contraceptivos que podem evitar uma gravidez precoce, por que ainda se observa um grupo tão jovem tornando-se mãe? Levantamos a hipótese de que, embora se tenha fácil acesso aos meios contraceptivos de gravidez, ainda falta instrução, esclarecimento e reconhecimento da jovem quanto ao seu corpo, ao ser mulher e ao que é ser mãe.

Michelle Perrot (2007), em Minha história das mulheres, no capítulo intitulado O corpo, destaca que a longevidade feminina decorre principalmente dos avanços da medicina da mulher, do cuidado e atenção ao corpo. O corpo da mulher conta diferentes



histórias a partir de uma representação que retrata seu tempo e lugar na história. Ao longo do texto, a autora discorre sobre as fases da vida da mulher, representadas em diferentes momentos: o nascimento; a infância; a adolescência; a mulher e o casamento; a maternidade; a menopausa e a morte.

Para esta discussão destacamos a relação entre a mulher e a maternidade. Para Perrot (2007),

A maternidade é um momento e um estado. Muito além do nascimento, pois dura toda a vida da mulher. O mesmo acontece, embora em menor grau, com os filhos, que dela recebem a vida, o alimento, uma primeira socialização. Daí o drama do abandono. E o das dificuldades da adoção, consequência do abandono (Perrot, 2007, p. 69).

Ainda segundo a autora francesa, na contemporaneidade, “a função maternal é um pilar da sociedade e da força dos Estados, torna-se um fato social. A política investe no corpo da mãe e faz do controle da natalidade uma questão em evidência” (p. 69). Destaca também que o parto hospitalar passou a ser uma prática generalizada somente após a Segunda Guerra Mundial, e é com a “medicinação da maternidade e da pequena infância”, que passam a ser de interesse político, que se debruça sobre o corpo da mulher um grande interesse nacional (p. 75).

Para Simone de Beauvoir (2016), em *O segundo sexo: a experiência vivida*, no que trata sobre a maternidade, a escritora francesa reflete sobre a recessão de liberdade sobre o corpo da mulher, pois a esta é privada a liberdade de tomar decisões sobre seu corpo, sendo uma delas a de maternar. Assim vemos:

Há uma função feminina que atualmente é quase impossível assumir com toda liberdade, é a da maternidade; na Inglaterra, na América do Norte, a mulher pode pelo menos recusá-la à vontade, graças às práticas do controle de natalidade; vimos que na França ela é frequentemente acuada a abortos penosos e caros; vê-se muitas vezes com um filho que não queria e arruína sua vida profissional. Se esse encargo é pesado, é porque, inversamente, os costumes não autorizam a mulher a procriar quando lhe apetece: a mãe solteira escandaliza e, para o filho, um nascimento ilegítimo é um grave problema; é raro que se possa tornar-se mãe sem aceitar os grilhões do casamento ou sem decair. [...]. Cumpre acrescentar que, por falta de creches, de jardins de infância convenientemente organizados, basta um filho para paralisar inteiramente a atividade da mulher; ela só pode continuar a trabalhar abandonando a criança aos pais, a amigos ou a criados. Tem que escolher entre a esterilidade, muitas vezes sentida como uma dolorosa frustração, e encargos dificilmente compatíveis com o exercício de uma carreira” (Beauvoir, 2016, p. 521).

Aqui, retomamos o que Nepomuceno (2012) destaca como a “batalha pelo direito de ser mãe”, embora em outros “moldes”, a mulher, de acordo com Beauvoir (2016), precisa a todo o momento garantir que a maternidade é uma escolha. E, para



além da escolha da maternidade, precisa garantir diante da sociedade que é capaz de gestar, cuidar, educar a criança mesmo com atribuições profissionais, pois se não o faz, é incapaz de exercer uma profissão.

Em outro aspecto, também realiza uma crítica às políticas públicas de educação, o que pode ser refletido também na realidade brasileira, pois ainda se observam poucos espaços destinados à educação infantil para atender às mulheres-mães-trabalhadoras, que possam garantir a atenção necessária para crianças ainda bem pequenas.

3. JOÃO DOS SANTOS E A MATERNIDADE

No espaço anterior, discutimos a figura feminina em alguns aspectos, como: corpo, família e maternidade. Neste trecho, retomaremos a questão da maternidade e da família a partir de uma perspectiva teórica que concebe a maternidade e a educação num sentido humano e de saúde emocional.

João dos Santos foi um pedopsiquiatra, neurologista, psicanalista, psicopedagogo português dedicou sua trajetória ao cuidado e à atenção à saúde mental e emocional de crianças. Além disso, destacou a importância do vínculo entre família, escola e assistência em saúde mental para o desenvolvimento emocional e intelectual infantil, especialmente para aquelas crianças que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem.

Na perspectiva santiana, “o grande especialista da criança é a mãe”. Para que uma criança possa se desenvolver integralmente, a figura materna é de extrema importância, visto que é a partir da relação entre mãe e bebê que se inicia o processo educativo e cognitivo infantil. As relações de amor e afeto constroem as bases para a aprendizagem do gesto, do movimento, da fala, entre outros aspectos. Para o autor português “[...] uma criatura será gente quando tiver ao seu dispor mãe-envolvimento, mãe-cultura, mãe-sonho e inteligência” (Branco, 2000, p. 298).

Ao longo de seus estudos e experiências, principalmente no externato Casa da Praia, centro que se destinava ao estudo, diagnóstico e tratamento de crianças com dificuldades escolares e de aprendizagem. João dos Santos observa que muitas das dificuldades na aprendizagem de crianças estavam associadas a relações familiares instáveis, decorrentes, muitas vezes, do sofrimento materno devido ao abandono, à situação de traumas do pós-guerra e outros.



Conforme explicitado por Branco (2000, p. 298), João dos Santos considera que, “[a] psicologia demonstrou que na base da vida mental do homem existe uma situação de simbiose entre a mãe e o filho, e que a falta duma relação favorável entre ambos conduz à doença mental precoce ou tardia”

Por essa razão, o autor português dedicou especial atenção à maternidade, desenvolvendo uma obra teórica e institucional voltada para a proteção materno-infantil, bem como à prevenção e intervenção na saúde mental infantil. Como pontua Santos (2018, s/p), “[...] em prol da proteção materno-infantil e da prevenção e intervenção em Saúde Mental Infantil”. Para ele, “a reforma do ensino deve começar nas maternidades” (Santos, 2016, s/p).

Após sua experiência com Wallon, João dos Santos desenvolveu, em Portugal, um serviço de assistência materno-infantil, possibilitando, de maneira inovadora, o acompanhamento físico e mental de mães e filhos desde o nascimento até a idade escolar. Esse serviço oportunizava o tratamento precoce das crianças e oferecia suporte humanizado às mães. Em 1952, criou a Secção de Higiene Mental no Centro Materno-Infantil de Campo de Ourique, que mais tarde se tornaria o Centro Sofia Abecassis. Em 1964, circulava a Secção de Higiene Mental do Centro Materno-Infantil José Domingos Barreiros (Branco, 2000, p. 48).

Retomamos aqui a questão levantada no tópico anterior: apesar do fácil acesso atual aos métodos contraceptivos, ainda há carência de instrução, esclarecimento e reconhecimento, por parte dos jovens, sobre seus corpos, sobre o que é ser mulher e sobre o que significa ser mãe. Consideramos que as iniciativas promovidas por João dos Santos em Portugal nas décadas de 1950 e 1960 poderiam ser replicadas no Brasil (com as devidas adaptações à realidade local), focando especialmente em mulheres jovens que se tornassem mães antes mesmo de se considerarem como tal. A criação de centros materno-infantis que oferecem orientação e apoio emocional e mental às mães jovens poderia ser uma solução a ser considerada.

Essas iniciativas demonstram a sensibilidade teórica, metodológica e institucional de João dos Santos, que, após estudos e observações sistemáticas sobre a realidade social de mães e filhos, concebeu ações políticas e sociais voltadas tanto para as mães quanto para suas crianças. Nesse sentido, é fundamental destacar a ênfase que o autor dá à relação de afeto entre mãe e bebê.



De acordo com a teoria santiana, a figura materna proporciona segurança afetiva à criança. Desde a gestação até os primeiros anos de vida, o vínculo materno, expresso em gestos de cuidado e afeto, estabelece uma base essencial para o desenvolvimento emocional infantil. Essa relação afetiva, por sua vez, é um elemento central para a segurança da aprendizagem.

Com base em uma fundamentação psicanalista, João dos Santos concebe o “Complexo de Édipo” como marco importante no desenvolvimento do ser humano, principalmente no que concerne a fatores emocionais e de personalidade, tendo em vista a relação triangular estabelecida entre a mãe, o bebê e o pai. Assim, considera que só ocorrerá aprendizagem quando a criança ultrapassa o Édipo, para estar aberta a novas aprendizagens.

Assim, compreendemos que a relação da criança com a figura materna, geralmente representada pela própria mãe, possibilita a regulação emocional e mental de suas emoções. Já a relação com a figura paterna contribui para o aprendizado das normas sociais e da conduta diante do mundo ao seu redor.

Além do exposto acima, conforme a perspectiva santiana considera-se ainda o conceito de “família alargada”, que se caracteriza pelas pessoas que orbitam ao redor da vida diária da criança e com ela desenvolvem relações de carinho, afeto e segurança, este podem ser parentes próximos, padrinhos e outros. A este conceito, percebemos uma aproximação ao que Fonseca (2007), a partir de Segalen e Zonabend, diz sobre “redes de apoio da família”, pois com uma constituição familiar nuclear, formada por poucos membros, essa rede de apoio, ou ainda de família alargada, tornam-se suporte para o cuidado e atenção com a criança; principalmente para mulheres-mães que trabalham fora de casa.

Assim, consideramos que a proposta santiana dialoga com a proposição do reconhecimento do feminino, e da mulher na maternidade, pois traz elementos que propõem a saúde materno-infantil, da própria mãe na promoção de uma saúde mental infantil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o momento de encerramento deste breve ensaio, retomamos a proposta que inicia essa discussão, qual seja: Refletir sobre a relação entre o ser mulher e o gestar,



entre o feminino e a maternidade, entre o ser mãe e educar, a partir de leituras de pesquisadoras que discutem sobre o feminino em diferentes momentos da história, como também a partir de um dos elementos presentes na proposta teórica de João dos Santos, que encontra na família um dos pilares para a promoção de uma saúde emocional e mental para a criança.

Nepomuceno (2012) retrata a mulher negra na história do Brasil e na atualidade, destacando a luta pela maternidade em condições adversas para mulheres negras e pobres — uma realidade ainda presente. Pinsky (2004), ao analisar o feminino na década de 1950, evidencia aspectos que permanecem atuais, como a influência da mídia na imposição de valores e padrões normativos. Fonseca (2004) conduz uma discussão sobre a mudança nos modelos familiares, enfatizando o distanciamento da família nuclear em favor de novas formas de organização parental, além de abordar a importância das redes de apoio no cuidado e na educação das crianças

Pedro (2012) e Perrot (2007) discutem, sobretudo, a questão do domínio e da liberdade sobre o corpo feminino, ressaltando como os avanços científicos possibilitaram à mulher decidir quando, como e se deseja engravidar. Essa questão ultrapassa o âmbito do direito individual e adquire um caráter político, como no debate sobre a legalização do aborto. Beauvoir (2016) reflete sobre temas que envolvem o feminino, abordando a família, a maternidade, a sexualidade e a liberdade de pensamento e ação em uma sociedade ainda marcada pelo machismo e pelo patriarcado.

Na proposta teórica de João dos Santos, destaca-se a importância atribuída à maternidade como um período em que a mulher deve estar bem emocional, física e mentalmente para gestar com tranquilidade e proporcionar à criança acolhimento desde o ventre. O autor, que fundou em Portugal dois centros de atenção materno-infantil com o objetivo de oferecer suporte integral à mãe e ao bebê, defende que uma reforma educacional deve começar na maternidade.

Outro ponto de convergência entre os temas envolvidos pelas autoras pesquisadas e a perspectiva santiana diz respeito à organização familiar. No contexto capitalista atual, a mulher é levada a desenvolver redes de apoio, conceito que Santos denomina “família alargada”, para conciliar o trabalho com a maternidade sem ser vista como alguém que “negligencia” os filhos. Trata-se de uma busca pelo direito de ser, simultaneamente, mãe, mulher e profissional.



Diante do exposto, consideramos que, com base na bibliografia estudada, o papel da mulher em diferentes esferas sociais representa uma luta diária contra padrões e ideais ultrapassados, que ainda a posicionam como inferiores ao homem. Observamos que ser mulher e gestar, o feminino e a maternidade, ser mãe e educar são dimensões interligadas da mulher contemporânea, que busca, acima de tudo, o direito de ser aquilo que deseja.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida, volume 2. 3 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2016.

BRANCO, Maria Eugénia Carvalho e. **Vida, pensamento e obra de João dos Santos**. Lisboa: livros Horizonte, 2000.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: Del Priore (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GUERRA, Cris. **Mãe**. Belo horizonte: Miguilim, 2016.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PEDRO, Joana. O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: Del Priore (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, João dos. **Ensaio sobre Educação - I: A criança quem é?** 3º Ed. Reino Unido: Product Solutions Catalysis Ltd, 2016. (Kindle)

SANTOS, João dos. **A Casa da Praia: o Psicanalista na Escola**. 5ª Ed. Reino Unido: Product Solutions Catalysis Ltd, 2018.(Kindle)

